

Segurança alimentar e autonomia na agricultura familiar: a contribuição da produção para o autoconsumo

Catia Grisa

Doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
catiagrisa@yahoo.com.br

Resumo: Pesquisas indicam que é no meio rural onde a pobreza e a insegurança alimentar são mais acentuadas. Este artigo pretende argumentar que o enfrentamento desta condição também passa pelo fortalecimento de uma prática característica do modo de vida rural e que sempre se fez presente: a produção para autoconsumo. Os resultados são oriundos de um estudo comparativo realizado no Rio Grande do Sul, em quatro regiões cujas características da agricultura familiar são distintas (Serra Gaúcha, Serra do Sudeste, Missões e Alto Uruguai). Evidenciou-se que a produção para autoconsumo possibilita o acesso regular e direto (sem intermediação) aos alimentos – alimentos com qualidade, e adequados aos hábitos alimentares e práticas de preparo/consumo das comunidades locais – e contribui à condição socioeconômica e autonomia das famílias rurais.

Palavras-chave: Autoconsumo; Agricultura familiar. Segurança Alimentar; Autonomia.

Food security and autonomy in the family farm: the contribution of autoconsumption production

Abstract: Research indicates that it is in rural areas where poverty and food insecurity are most acute. This paper argues that the struggle contrary to this condition involves the strengthening of one traditional practice of the some rural communities: the auto consumption production. The results of the research derive from a comparative survey realized in four regions of the state of Rio Grande do Sul (Gaúcha ridge, Sudeste ridge, Missões and Alto Uruguai). The study shows that the auto consumption production makes possible the regular and direct access to food – food quality, and appropriate dietary habits and practices of preparation / consumption of local communities - and contributes to socioeconomic status and empowerment of rural families.

Keywords: Auto consumption; Agriculture; Food security; Autonomy.

Seguridad alimentaria y la autonomía en la agricultura familiar: la contribución de la producción para el autoconsumo

Resumen: Los resultados de las investigaciones muestran que es en la zona rural donde la pobreza y la inseguridad alimentar son más acentuadas. Este artículo argumenta que el afrontamiento a esta condición también pasa por el fortalecimiento de una práctica característica de la forma de vida rural y que siempre está presente: la producción para el autoconsumo. Los resultados proceden de un estudio comparativo realizado en Rio Grande do Sul, en cuatro regiones que presentan características diferentes de la agricultura familiar (Serra Gaúcha, Serra do Sudeste, Missões e Alto Uruguay). Se hizo evidente que la producción para el autoconsumo permite el acceso regular y directo (sin mediación) a los alimentos – alimentos con calidad y adecuados a los hábitos alimenticios y las prácticas de preparación/consumo de las comunidades locales - y contribuye a la situación socioeconómica y a la autonomía de las familias rurales.

Palabras clave: Autoconsumo; Agricultura familiar; Seguridad Alimenticia; Autonomía.

1. Introdução

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004) revelaram um cenário preocupante sobre a segurança alimentar no Brasil. De acordo com a pesquisa, 34,7% dos domicílios brasileiros encontram-se em condições de insegurança alimentar, sendo 16,0% em um estado considerado leve, 12,3% moderado e 6,5% em grave condição de insegurança. No meio rural, a situação revela-se ainda mais grave: 43,5% dos domicílios apresentam condições de insegurança alimentar, dos quais 17,4% em condição considerada leve, 17% moderada e 9,0% grave. Chama a atenção o fato do espaço tradicionalmente identificado com a produção de alimentos ser justamente aquele em que os níveis de insegurança alimentar são mais agudos.

Em larga medida, esta situação paradoxal decorre de que, em muitas regiões do Brasil, os agricultores foram orientados a se especializar na produção de monocultivos para abastecer os mercados (não raro, externos), deixando de lado a produção destinada ao autoconsumo familiar. Vários estudos discutem, particularmente no caso do Rio Grande do Sul, como a soja foi adentrando nos espaços e no tempo antes dedicados a policultura (GAZOLLA, 2004; CONTERATO, 2004; NIEDERLE, 2007). Conterato (2004), por exemplo, menciona um processo em que a paisagem, antes ocupada por pastagens permanentes, matas e cultivos diversos, transformou-se em um cenário homogêneo caracterizado pela soja. Em face disto, a produção para o autoconsumo foi subordinada à produção de *commodities*, deslocando o espaço antes destinado a esta prática às lavouras comerciais, mesmo aqueles próximos das casas, das “roças” e, até mesmo, da horta. O acesso aos alimentos passou a depender cada vez mais

das relações mercantis que, por sua vez, estão condicionadas ao resultado da produção agrícola e sujeitas à flutuação dos preços. Assim, à medida que se reduz a autonomia alimentar da família, aumenta a vulnerabilidade social e intensifica-se a propensão à insegurança alimentar (ELLIS, 2000)¹.

Este artigo aborda justamente a contribuição da produção para o autoconsumo à segurança alimentar das famílias rurais. Entende-se por autoconsumo – ou produção “pro gasto”, como denominam os agricultores familiares pesquisados – a produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo. Argumenta-se neste trabalho que o enfrentamento da insegurança alimentar no meio rural também passa pelo fortalecimento desta prática, característica do modo de vida dos agricultores e que, embora tenha arrefecido ao longo dos anos, sempre se fez presente nas estratégias de reprodução social destas famílias, contribuindo para sua autonomia².

Segurança alimentar é compreendida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004). Neste sentido, o autoconsumo propicia o acesso direto aos alimentos, sem nenhum processo de intermediação que dificulte e comprometa a proximidade a eles. Embora esta prática comumente não atenda em quantidade suficiente as necessidades alimentares das famílias, propicia o acesso permanente a alguns tipos de alimentos, assegurando maior qualidade tendo em vista que os mesmos são produzidos sem agrotóxicos e outros produtos químicos, de acordo com a

cultura e os hábitos alimentares locais, utilizando o conhecimento passado ao longo de gerações e; contribuindo para a melhoria da condição socioeconômica da família, sobretudo em virtude da economia da renda (LOVISOLO, 1989), o que permite que outros bens necessários a reprodução sejam obtidos.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A primeira apresenta brevemente os contextos empíricos onde a pesquisa foi realizada e a metodologia utilizada no levantamento dos dados e no cálculo do autoconsumo. Na seção seguinte são debatidas algumas características do autoconsumo entre as famílias gaúchas, enquanto a terceira discute a importância desta prática à segurança alimentar e à autonomia da agricultura familiar. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre a discussão trazida por este artigo.

2. Os contextos empíricos e a metodologia

Os resultados apresentados neste trabalho decorrem do projeto de pesquisa “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul”, desenvolvido em 2003, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de Pelotas e com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq, 2003). Esta pesquisa tinha o objetivo de compreender as dinâmicas da agricultura familiar, sobretudo no que se refere às condições de ocupação e às fontes de renda, dentre estas a renda oriunda da produção para o autoconsumo. Para captar a diversidade desta categoria social, a análise foi realizada em quatro regiões distintas

do Rio Grande do Sul: Serra Gaúcha, Serra do Sudeste, Missões e Alto Uruguai. Em cada uma destas, foi escolhido um município representativo das características regionais para aplicação de questionários, sendo selecionados, respectivamente, Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras (Figura 01). No total, foram aplicados 238 questionários em 2003 e realizadas 35 entrevistas³ em 2006.

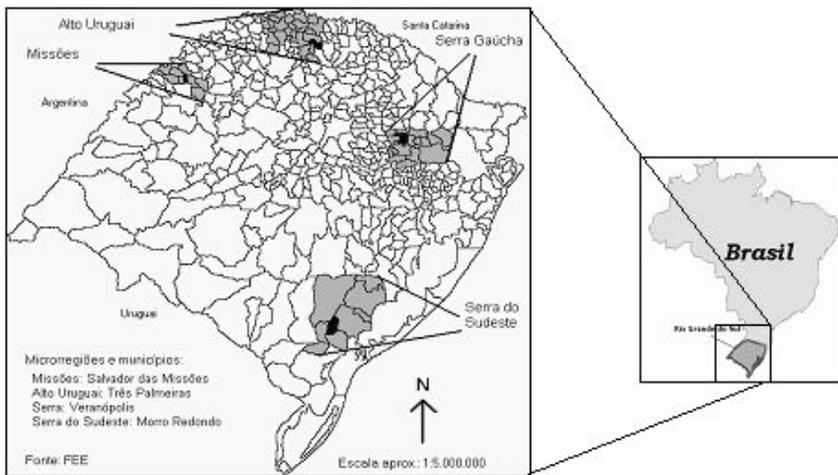


Figura 01 - Localização das regiões e municípios estudados no Rio Grande do Sul e Brasil. Fonte: FEE, 2006.

Resumidamente, pode-se caracterizar Veranópolis como um município que apresenta dinâmica de desenvolvimento endógeno (SCHNEIDER, 2002). A economia é diversificada, arraigada na agricultura, na indústria, no comércio e no turismo e encontra, no próprio ambiente local, os recursos humanos, naturais, de capital, entre outros para sua reprodução. Morro Redondo apresenta economia dependente do setor agroindustrial que passa por longa crise desde a abertura do mercado brasileiro às importações na década 1990. Por conseguinte, a agricultura oferece poucas perspectivas e, fora deste setor, as alternativas são escassas.

Salvador das Missões e Três Palmeiras apresentam dinâmica de desenvolvimento concentrada nas atividades agrícolas, sobretudo no binômio trigo-soja, herança da modernização da agricultura adotada de forma mais marcante nestes municípios *vis-à-vis* os demais. Em Salvador das Missões, atualmente, a diversificação produtiva vem sendo resgatada. Em Três Palmeiras, a pobreza acentuada, a desigualdade de renda e a riqueza intensificam e são intensificadas pela vulnerabilidade advinda do desenvolvimento produtivista.

Com o intuito de tornar visíveis algumas das diferenças socioeconômicas entre os municípios, apresenta-se a Tabela 1, contendo indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), a população total e rural, o Valor Adicionado Bruto (VAB) Total e agropecuário, entre outros.

Observa-se que Veranópolis apresenta o maior IDH (0,85) e os maiores valores de renda agrícola (R\$14.853,28) totalizando R\$26.969,50, assim como o mais elevado número de famílias com atividades não agrícolas (59,32%), fruto da diversidade e dinamismo econômico presente nesta localidade. Em oposição, estão Morro Redondo e Três Palmeiras alternando posições. Enquanto Três Palmeiras apresenta o menor índice de IDH (0,76) e a menor renda total (R\$11.033,12), Morro Redondo dispõe da menor renda agrícola (R\$6.610,55) e é onde a renda da previdência social assume a maior importância relativa (25,89%), resultado das escassas possibilidades de diversificação. Nestes dois municípios, a vulnerabilidade social é mais acentuada. Entre todos os municípios pesquisados, Salvador das Missões possui índices semelhantes aos de Veranópolis e intermediários, no que concerne ao IDH (0,81) e a renda total (R\$18.911,28). Destaca-se ainda, elucidando o caráter eminentemente agrícola de Salvador das Missões e Três

Palmeiras, a porcentagem do VAB agropecuário sobre o VAB total, cujos valores são, respectivamente, 54,69% e 65,53%.

Tabela 1

IDH-M, População Total, População Rural, VAB Total em reais (R\$) e outros indicadores referentes aos universos pesquisados.

Indicadores	Veranópolis	Morro Redondo	Salvador das Missões	Três Palmeiras
IDH - M (2000)	0,85	0,77	0,81	0,76
População Total (2005)	21.114	5.906	2.403	4.229
Porcentagem População Rural (2005)	14,59	58,69	62,88	57,25
VAB Total mil (R\$ - 2003)	401.875,00	52.285,00	52.543,00	49.396,00
PIB per capita (R\$ -2003)	20.776,00	9.454,00	20.297,00	10.016,00
Área média dos estabelecimentos	23,19	22,79	14,11	19,66
Renda Total (R\$) *	26.969,50	12.914,83	18.911,28	11.033,12
Renda Agrícola (R\$) *	14.853,28	6.610,55	12.047,52	8.081,40
Renda Atividades Não-agrícolas (%) **	20,83	18,11	17,15	6,55
Famílias pluriativas (%)	59,32	41,94	46,55	28,81
Renda Transferências Sociais (%) **	19,90	25,89	15,64	15,10
Nº médio de pessoas por família	4,69	3,87	4,45	4,02

* Valores médios por estabelecimento

** Proporção sobre a renda total

Fonte: PNUD et al (2000); IBGE (1998); FEE (2006); AFDLP - UFRGS/UFPeI/CNPq (2003).

Quanto à metodologia do cálculo do autoconsumo, é importante destacar que este é definido, neste trabalho, como a parcela da produção animal, vegetal e transformação caseira⁴ produzida e consumida pela unidade familiar. A esta produção foi atribuído o preço de venda, ou seja, o preço caso os agricultores vendessem estes produtos⁵. A atribuição deste valor, e não o preço de com-

pra, deve-se a duas razões. Primeiro, como ressaltaram Anjos *et al.* (2004), há uma grande variação de preços de compra (preços ao consumidor) e esta disparidade se potencializa quando se tratam de municípios distintos e distantes geograficamente, como é caso nesta pesquisa. Segundo, esta análise objetivava identificar as diferentes fontes de renda das unidades familiares e, deste modo, utilizando o preço de compra, estar-se-ia superestimando a proporção do autoconsumo sobre a própria renda total das famílias rurais.

Diferenciados quanto à origem animal e vegetal, multiplicou-se a quantidade de alimentos consumida pelo preço de venda, obtendo-se o produto bruto de autoconsumo animal e vegetal.⁶ O somatório destes resultou no produto bruto de autoconsumo total e compôs a renda agrícola e total. Segundo Gazolla (2004), há dificuldades para calcular o valor monetário líquido da produção para autoconsumo em decorrência de não ser possível isolar, de forma exata, as despesas que incorrem sobre esta produção daquelas destinadas à venda.

2.1 A produção “pro gasto” entre os agricultores familiares gaúchos

Os dados demonstram que a produção para o autoconsumo é uma estratégia presente em todos os estabelecimentos pesquisados (238), confirmando que esta prática faz parte do modo de vida das famílias rurais contemporâneas. Todavia, é importante considerar que houve transformações importantes em relação isto nas últimas décadas. Como mencionou uma agricultora de Salvador das Missões, e igualmente observado por Wagner, Marques e Menasche (2007), “Anos atrás se produzia bem mais que agora” (I 08, SM).

Estes atrás, então, a maioria das coisas era plantado e se segurava ali pra plantar. Agora quase a maioria, eles criam cria-se ou colhem as coisas, mas é pra vender, depois quando falta alguma coisa vão comprar. É mais pro comércio do que pra segurar em casa. Parece que o costume da pessoa mudou bastante, porque estes anos atrás não se comprava tanta coisinha que nem se compra agora. Agora se compra não tudo, mas uma boa parte. Quase compram coisas que nem necessitavam comprar (I 20, TP).

Muitos fatores contribuíram para este arrefecimento, mas o principal foi decorrente da mudança da base técnica da agricultura a partir de 1970 e as transformações na organização econômica das unidades familiares associadas a esta. Neste decurso, as famílias rurais reduziram e algumas até abandonaram a produção para autoconsumo em prol de “fazer dinheiro” com o monocultivo de lavouras comerciais, sobretudo *commodities*. A prioridade passou a ser “fazer pra vender” e as necessidades alimentares passaram a ser satisfeitas majoritariamente pelos mercados. Outros fatores relevantes foram: redução do número de membros da família; facilidade de acesso aos mercados e maior disponibilidade de alimentos nestes; redução do tamanho das propriedades rurais devido aos padrões de herança; recebimento de outras rendas (previdência social, atividades não agrícolas etc.) e; mudança nos hábitos alimentares.

Malgrado este arrefecimento – ocorrido de modo heterogêneo entre as famílias e os universos pesquisados (GRISA, 2007), – a produção para autoconsumo continua sendo uma estratégia presente e relevante à reprodução das unidades familiares. Várias razões motivam a existência e, mais recentemente, o fortalecimento desta prática: há a percepção de que produzir para o consumo familiar assegura o consumo de uma

alimentação “mais natural, sem veneno” e a “gente sabe o que come” (I 07, SM); é uma forma de “economização”⁷ “[...] porque comprar é mais caro do que ir produzir.” (I 32, V); diversifica os meios de vida; estabelece a coprodução entre o homem, o trabalho e a natureza (PLOEG, 2006); proporciona maior autonomia em função da alternatividade presente nestes produtos (HERÉDIA, 1979; GARCIA Jr. 1983-1989); promove a sociabilidade e; reforça a identidade social (GRISA, 2007).

A maior parte das unidades familiares preza por possuir horta (presente em 92,1% dos estabelecimentos), pomar (89,9%) e transformação caseira (93,3%). Além destes, pelo menos um tipo de alimento proveniente da criação animal (galinha caipira, suínos, bovinos.) e da lavoura (feijão, mandioca, batata-doce) foi encontrado em todos os casos. Trata-se de uma diversa gama de alimentos: galinhas, porcos, bezerros, ovos, leite, mandioca, batata-doce, batata inglesa, açúcar mascavo, biscoitos, frutas e hortaliças.

Olha tudo o que nós plantamos pro nosso gasto, não compramos quase nada: frango nós criamos, queijo nós fizemos. Estes produtos pra comida, muito pouco compramos. Açúcar, este mascavo, se faz aqui. Se olha de poupar o quanto mais dá. Batata, aipim... E sabe, este negócio, dá pros filhos também. Ela [esposa] gosta barbaridade, leva pras filhas, leva uma galinha já pronta, limpa [...]. Temos vaca pra tirar leite, fizemos nosso queijo. Estas coisas, galinha, peru, pato, eu tenho. Peru, eu tenho duas chocas chocando. Isto aqui é ovos de peru, vou por tudo chocar. E estes bichinhos ali, criado a milho, não tem nada de ração. A carne de uma galinha destas, fazer um brodo⁸ fica bom. (I 29, V).
Leite, ovos, carne, batatinha, batata-doce, mandioca, amendoim. Amendoim eu to vendendo o que sobra. Tudo que hortaliças, frutas. Pra não precisar compra... Cebola também. O que a gente pode produzir... E tem a vantagem que não têm agrotóxicos. (I 10, SM).

A Tabela 2 revela os valores monetários brutos anuais da produção para o autoconsumo. Verifica-se que são valores expressivos: R\$4.308,08 em Veranópolis, R\$2.161,05 em Morro Redondo, R\$4.223,88 em Salvador das Missões e em Três Palmeiras, R\$3.026,02. Chama atenção o fato de Morro Redondo apresentar um produto bruto de autoconsumo total equivalente a 50,16% do valor produzido em Veranópolis. Comparativamente aos demais, é notável a diminuição do autoconsumo em Morro Redondo. Como já apontado, este se encontra diante dos efeitos de uma crise de perspectivas relacionadas à produção agrícola e mesmo às possibilidades de trabalho e rendas fora da agricultura. Esta crise afeta, também, a esfera da produção para autoconsumo, haja vista o desestímulo das famílias em continuar na produção agrícola.

Tabela 2

Produto Bruto de autoconsumo animal, vegetal e total (valor médio anual em R\$) nos estabelecimentos pesquisados.

Município	Produto Bruto do autoconsumo médio anual em reais (R\$) e percentagem (%)				
	Vegetal		Animal		Total
	R\$	%	R\$	%	
Veranópolis	2.414,17	56,04	1.894,31	43,96	4.308,08
Morro Redondo	2.082,39	50,04	1.079,66	49,96	2.161,05
Salvador das Missões	2.026,01	47,97	2.197,87	52,03	4.233,88
Três Palemeiras	1.425,48	47,11	1.600,00	52,89	3.026,02
Total	1.736,76	50,63	1.692,96	49,37	3.430,02

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFRGS/UFPel/CNPq (2003)

A Tabela 3 apresenta a proporção do autoconsumo sobre o produto bruto total e a renda total. Evidencia-se que, em média, 28,88% do produto bruto total e 27,24% da renda total são resultantes desta prática, contribuindo expressivamente para a

condição econômica das famílias. Em Três Palmeiras e Morro Redondo, casos mais significativos, as unidades familiares deixam de gastar, respectivamente, 38,34 % e 32,01% da renda total anual com a aquisição de alimentos nos mercados. Considera-se, ainda, para estes municípios, que a proporção desta produção no produto bruto total (31,80% e 25,50%, respectivamente) é inferior àquela referente à renda total (38,34% e 32,01%, sucessivamente), demonstrando que, descontados os custos de produção e somadas outras rendas possíveis, a importância do autoconsumo é acentuada. Em Salvador das Missões e Veranópolis, as porcentagens em relação à renda total anual (Tabela 01) são menores em razão desta ser mais elevada *vis-à-vis* os demais municípios, diluindo a importância relativa do autoconsumo. Apesar das diferenças, reitera-se a relevância desta prática na reprodução social das unidades familiares.

Tabela 3

Proporção do produto bruto de autoconsumo total sobre o produto bruto total e a renda total anual nos estabelecimentos pesquisados.

Município	Proporção do produto bruto do autoconsumo (%)	
	sobre:	
	Produto bruto total anual	Renda total anual
Veranópolis	29,39	21,87
Morro Redondo	25,50	32,01
Salvador das Missões	28,82	16,73
Três Palmeiras	31,80	38,34
Total	28,88	27,24

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFRGS/UFPel/CNPq (2003).

Também foi analisada a importância do autoconsumo à medida que se eleva a renda total (Tabela 04). Evidenciou-se que a renda do autoconsumo aumenta conforme se amplia a renda total, exceto no último estrato (maior que R\$30.000,00) nos ca-

sos de Morro Redondo e Três Palmeiras, em que a mesma decaiu.⁹ Conforme observado por Norder (2004), Santos e Ferrante (2003) e Guevara (2002), o autoconsumo é superior nas unidades familiares mais capitalizadas. Para Guevara (2002, p.79):

[...] las familias que tienen mejores condiciones para la producción agropecuaria son los que tienen, al mismo tiempo, los más altos niveles de autoconsumo y mejores posibilidades de éxito en la generación de bienes mercadeables, lo cual nos indica que el autoconsumo e integración al mercado no competen entre si por los recursos productivos sino que se complementan.

Tabela 4

Produto Bruto de autoconsumo total em reais (R\$) segundo estratos de renda total nos municípios pesquisados.

Município	Estratos de renda total							
	Menor 10.000	%*	10.000- 20.000	%*	20.000- 30.000	%*	Maior 30.000	%*
Veranópolis	3.169,20	46,77	3.469,36	21,79	3.947,61	15,32	4.384,05	9,87
Morro Redondo	1.668,38	31,28	2.405,14	17,77	3.559,03	14,80	1.471,39	3,65
Salvador das Missões	2.651,23	45,34	3.727,29	26,75	5.827,72	22,89	7.060,29	10,66
Três Palmeiras	2.651,55	44,65	3.688,42	26,58	6.490,98	23,63	2.963,51	5,17
Total	2.405,31	41,37	3.261,17	22,78	4.809,89	18,98	5.103,83	10,57

* Percentual do produto bruto de auto consumo total na renda total média segundo os estratos de renda

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFRGS/UFPel/CNPq (2003).

Deste modo, “[...] não dá pra dizer que os mais capitalizados abandonaram a produção para autoconsumo” (I36, V) como se poderia presumir. Mais que isto, estes dados confirmam que o autoconsumo não é uma prática realizada apenas por propriedades decadentes, sendo recorrente também em

propriedades familiares consolidadas. É justamente naquelas unidades familiares, que se encontram mais vulneráveis socialmente, que a produção para o autoconsumo é mais arrecada. São estas que produzem menos para o consumo da família, contudo, é nelas que esta produção é mais importante, respondendo em média a 41,37% da renda total (Tabela 4). Como mencionaram Anjos *et al.* (2004), a importância do autoconsumo vai sendo diluída à medida que se eleva a renda total, mesmo que em valores absolutos tenha se elevado consideravelmente.

Como explicar que o autoconsumo é inferior em valores absolutos nas unidades familiares onde ele é mais importante? Acredita-se que a resposta a isto reside na potencialização do “fator trabalho”. Ao dispor de menor renda monetária, as unidades familiares tendem a concentrar os esforços em culturas agrícolas ou atividades que proporcionem maior retorno econômico no tempo e por mão-de-obra empregada, fazendo frente às necessidades que emanam. Trata-se de uma estratégia para maximizar os recursos disponíveis. Esta racionalidade, como já afirmava Garcia Jr. (1989, p.122), nada tem de idêntico ao cálculo ou comportamento de uma empresa capitalista, “[...] mas de pessoas a reproduzir mediante o produto da mobilização do esforço produtivo deste mesmo conjunto de pessoas”.

Norder (2004) justifica o fato alegando que os descapitalizados possuem menos recursos (terra, renda monetária) para gerir a produção. Um incremento nos recursos financeiros “[...] ao invés de restringir a produção autônoma de alimentos, vem a reforçar, ainda mais, uma vez que permite a mobilização dos recursos necessários a sua realização.” (Norder, 2004, p.212). Embora não se desconsidere a influência destes elementos¹⁰, pondera-se

como primária e fundamental a justificativa prévia, dado que geralmente a produção para o consumo familiar é realizada em pequenas áreas, às vezes, até em locais que não permitem a mecanização (pelo tamanho, topografia e localização) e, frequentemente, são isentos de agrotóxicos ou adubos químicos.¹¹

2.2 Produção para o autoconsumo: produzindo autonomia e segurança alimentar

Do jeito que está indo as coisas, agora com a seca, os preços altos, eu acho que teria muita gente passando fome se não produzisse nem os alimentos em casa. Porque o trigo agora se foi tudo com a geada. A soja, os três últimos anos praticamente não deu safra. Com o que eles vão comprar se não tivessem em casa? (I 09, SM).

A produção para o autoconsumo cumpre uma importante função ao manter internamente à unidade familiar a satisfação de uma das necessidades principais à reprodução social, a alimentação. Esta segue direto da unidade de produção (lavoura) à unidade de consumo (casa), sem nenhum processo de intermediação que a torne valor de troca. “Quando a gente quer não precisa ir no super [mercado] pegar, já tem em casa” (I 38, MR), “o dia que tu precisa tu vai lá e pega” (I 30, V)¹². Segundo Garcia Jr. (1989, p.127), a unidade familiar, “[...] ao autoconsumir diretamente durante parte do ano, diminui o tempo em que estão expostas à flutuação dos preços pagos ao consumidor, reduzindo os momentos em que são apenas compradoras”.

Através da Figura 2, que apresenta a proporção do Produto Bruto de Autoconsumo Total sobre o Produto Bruto Total, é possível evidenciar que entre 25% e 30% do que é produzido

nos estabelecimentos familiares permanece nestes para o consumo da família¹³. As diferenças entre municípios decorrem dos valores do produto bruto total e das proporções do produto bruto de venda total. Em Veranópolis e Salvador das Missões, cujos valores do autoconsumo são respectivamente 29,39% e 28,82%, embora as unidades familiares produzam mais para o seu consumo, o produto bruto total é mais elevado, diluindo a importância desta produção. No caso de Morro Redondo (25,5%), como vem sendo dito, os agricultores estão diminuindo a produção agrícola, inclusive o autoabastecimento alimentar, justificando-se, assim, o baixo valor. Em Três Palmeiras (31,8%), as famílias produzem mais para o consumo familiar que em Morro Redondo e apresentam menor produto bruto total que em Salvador das Missões e Veranópolis, o que contribui para concentrar a importância do autoconsumo.

O fato de ter alimentos disponíveis “a hora que precisa”, mesmo que a oferta e a variedade não sejam constantes “uma coisa ou outra sempre tem na horta, cada época tem as coisas, época do milho, tem agora da ervilha” (I 30, V), proporciona segurança e a sensação de fartura às unidades familiares.¹⁴ Isto não seria alcançado se a alimentação dependesse do mercado, não simplesmente por uma aversão a este, mas pelas relações desiguais com ele estabelecidas, como exposto no depoimento e evidenciado por Lovisolo (1989). Segundo percebido pelo informante, na condição de produtor, os mesmos são “obrigados” a comercializar seus produtos por um valor bem inferior àquele encontrado na condição de consumidor, onde os mesmos produtos apresentam valores expressivamente superiores. Deste modo, a produção para autoconsumo “[...] aparece, em relação à autonomia frente ao mercado, como provedora de

produtos para o consumo produtivo e improdutivo [consumo animal] que podem ser produzidos na unidade.” (LOVISOLO, 1989, p.141).

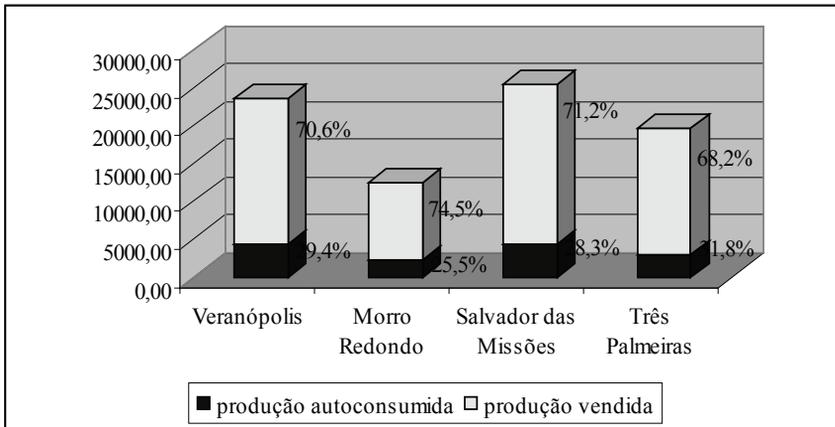


Figura 2 - Proporção do Produto Bruto de Autoconsumo Total e de Venda (%) em relação ao Produto Bruto Total (R\$), nos municípios pesquisados.

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFRGS/UFPeI/CNPq, 2003.

[...] e depois tu tem fatura. Se tu vai comprar no super, tu vai pegar o leite, por exemplo – não, mas o leite está caro! – então compra menos. Assim não, inclusive meus gatos tomam um litro de leite por dia, eu tenho oito gatos, porque pra gente o leite é barato, a gente recebe pouco pelo leite, mas se eu fosse comprar, daí não tinha [...] (I 38, MR).

Além do acesso e disponibilidade de alimentos, ao manter interna à unidade familiar a atribuição de produzir a própria alimentação, garante-se outros princípios, como a qualidade e a coerência nos hábitos alimentares locais.

A qualidade dos alimentos autoconsumidos e sua confluência com práticas alimentares saudáveis foram comumente citadas pelas famílias, mormente em Veranópolis, Salvador das Missões e Três Palmeiras. Em Morro Redondo, esta preocupa-

ção foi menos intensa, quiçá em decorrência do consumo mais freqüente de alimentos comprados. Segundo uma agricultora de Salvador das Missões,

A gente produz isto porque ao menos a gente sabe. As galinhas, a gente sabe o que a gente trata, o porquinho também, não toma remédio, antibiótico, estas coisas. Ração pronta, a gente não compra. Só milho e farelo de soja e farelo de trigo e os restos da cozinha, isto a gente dá pra eles. Então a gente sabe que estes porcos e estas galinhas que a gente trata, comem coisas naturais, que não tem remédio, não tem veneno (I 09, SM).

Desfrutar de alimentos “sem venenos” e saber o que está consumindo são algumas das principais justificativas à existência do autoconsumo nos estabelecimentos. Os alimentos comprados parecem não ser confiáveis quanto a este critério, mesmo com medidas profiláticas (lavar e descascar), como também observou Menasche (2003). O depoimento é elucidativo: “[...] a nutricionista disse que era pra mim comer maçã. Uns vinte dias atrás comprei. Me deu uma coisa embaixo da língua, uma ardência, eu disse - esta maçã tem veneno! - e eu tinha lavado e descascado [...]. Mas então a gente tinha que ter em casa, sem veneno.” (I 28, V).

Para garantir a qualidade e a sanidade dos alimentos, a produção destinada ao autoconsumo geralmente é isenta de agrotóxicos e de outros produtos químicos. Além do uso do esterco animal, utilizam-se cinzas, restos de alimentos, “terra e folhas do mato”, e outros materiais que não comprometam a salubridade. Quando há infestações de pragas ou doenças procuram-se formas alternativas de controle, “[...] em vez de passar veneno, tu pega xixi de vaca que não contamina a gente. Tem fumo, dá pra amassar em água, deixar de um dia para o outro e depois passar,

calda bordalesa...” (I 18, SM). A criação animal também tem manejo diferenciado. Muitas famílias, por exemplo, adquirem frangos de corte para o consumo familiar quando ainda filhotes e geralmente os alimentam com produtos provenientes do próprio estabelecimento, como milho e farelos. Ainda expandem o período de criação para além daquele originalmente utilizado em aviários (45 dias), garantindo a qualidade e o sabor diferenciado, “a carne é bem mais gostosa que a comprada” (I 21, TP).

Ademais da constante preocupação em comer alimentos saudáveis, há a percepção de que os alimentos produzidos pela unidade familiar fornecem mais energia *vis-à-vis* aqueles comprados, como também observaram Brandão (1981), Wagner, Marques e Menasche (2007) e mencionado pelo informante:

Eu trato o pão de padreiro como que não sustenta, que tu caminha um pedaço já está com fome. Claro pra nós não assenta isto ali. Nós trabalhemos no pesado, quem trabalha no escritório não faz força, só faz força com a cabeça e nós aqui não. Nós comemos este pão de casa, ele sustenta mais, ele segura mais, e daí uma lingüiça, um pedacinho de carne é suficiente tu agüenta de manhã até meio dia tranqüilo (I 43, MR).

Os dados coletados para esta pesquisa não permitiram uma avaliação nutricional do autoconsumo. Todavia, estudos conduzidos por Norder (2004), sobre a avaliação nutricional da produção para autoconsumo, indicam carência de nutrientes importantes como cálcio, vitamina A e B2. Preocupações sobre o balanço nutricional do autoconsumo também são encontradas em Santos, Biolchi e Angelis (2006, p.25) que afirmam: “[...] apesar da extensa e diversificada lista, a qualidade da dieta garantida no autoconsumo apresenta baixa frequência de grupos de alimen-

tos importantes, sugerindo dietas com possíveis desequilíbrios nutricionais.” Isto em parte deve-se a sazonalidade e aos próprios hábitos alimentares. Apesar destas deficiências, estudos de Norder (2004) e Dombek, Tereso e Bergamasco (2006) demonstram que as famílias rurais que produzem seus alimentos estão em condições de segurança alimentar superiores àquelas que assim não procedem e que a condição de segurança alimentar é melhor naquelas com os maiores índices de autoconsumo.

A produção para autoconsumo também se relaciona com manejos sustentáveis, conforme demanda a noção de segurança alimentar. Geralmente esta prática utiliza os recursos disponíveis localmente em uma forma de coprodução entre homem, trabalho e natureza (PLOEG, 2006), sem agredir o meio ambiente, a capacidade futura de produção, o consumo e a condição socioeconômica da família, fortalecendo-a ainda mais. Resíduos desta produção podem dar base para ciclos procedentes (caso de palhadas, esterco) e também podem ser destinados à alimentação dos animais, ou seja, conectando uma produção a outra. Ademais, imbricado nestas relações, encontra-se o saber-fazer transmitido ao longo de gerações.

Em relação à diversidade cultural, o autoconsumo é uma forma de produção que respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos, em consonância com as condições socioambientais e a própria história local. Embora haja homogeneização dos hábitos alimentares nos municípios estudados (GRISA, 2007), é possível evidenciar traços culturais no que se refere aos alimentos, como o consumo de radite, salame, queijo, grostolis¹⁵, brodo e sopa de capeleti,

citados nas entrevistas em Veranópolis, as cucas e “aquelas bolachinhas com aquelas coisinhas em cima” (Bolacha Pintada de Natal), típicas da culinária alemã.

Complementando os dados apresentados na seção anterior, a Tabela 05 compara o valor monetário do produto bruto de autoconsumo total por consumidor com o custo médio da cesta básica¹⁶ no ano agrícola da pesquisa (R\$132,21). Também utilizado por Barbosa (2003), este procedimento permite comparar a produção “pro gasto” com o valor monetário necessário para alimentar um indivíduo em idade adulta, embora desconsiderando o balanço nutricional. Ainda que seja uma aproximação, este exercício auxilia para demonstrar a importância socioeconômica do autoconsumo.

Tabela 5

Proporção do valor do produto bruto autoconsumo total por consumidos sobre o custo da cesta básica (POA, 2001/2002)

Município	Proporção no custo da cesta básica (%)
Veranópolis	68,31
Morro Redondo	42,67
Salvador das Missões	69,09
Três Palmeiras	54,22
Total	58,33

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFRGS/UFPeI/CNPq (2003) e DIEESE (2006).

Em Veranópolis e Salvador das Missões, onde a produção para autoconsumo é uma estratégia mais valorizada pelas unidades familiares, o autoabastecimento responde, aproximadamente, a 70% do custo da cesta básica (Tabela 05). As unidades familiares deixam de gastar em torno de R\$ 90,00 por mês com alimentação. Morro Redondo e Três Palmeiras apresentam valores inferiores, 42,67% e 54,22% respectivamente¹⁷.

Outra forma de demonstrar a importância socioeconômica do autoconsumo consiste em relacionar essa produção com uma linha de pobreza, como procederam Hoffmann (1995), Norder (1998) e Leite (2004) (Tabela 6). Esta linha equivalente a $\frac{1}{2}$ salário mínimo¹⁸ *per capita*, contraposta ao rendimento líquido *per capita* (renda total) “com” e “sem” autoconsumo, determinando famílias abaixo da linha da pobreza e famílias consideradas não pobres. Os resultados indicam que, quando comparado o valor do salário mínimo com a renda total “sem” o autoconsumo, em média 23,5% dos estabelecimentos situam-se abaixo da linha da pobreza, considerados, portanto, pobres. Em Veranópolis é encontrado o menor número de estabelecimentos (6,8%) abaixo desta linha, enquanto em Três Palmeiras encontra-se o maior (37,3%). Estes percentuais alteram-se quando se adiciona o valor do produto bruto de autoconsumo total. Respectivamente, 22,0% e 15,5% dos estabelecimentos deixaram a linha da pobreza em Três Palmeiras e Salvador das Missões, casos mais emblemáticos.

Tabela 6

Nível de pobreza diferenciado pela presença do produto bruto de autoconsumo total nos estabelecimento e nos municípios pesquisados

Município	Nível de pobreza			
	Sem autoconsumo		Com autoconsumo	
	< 0,5 SMm*	> 0,5 SMm	< 0,5 SMm	> 0,5 SMm
Veranópolis	6,8	93,2	3,4	96,6
Morro Redondo	27,4	72,6	14,5	85,5
Salvador das Missões	22,4	77,6	6,9	93,1
Três Palmeiras	37,3	62,7	15,3	84,7
Total	23,5	76,5	10,1	89,9

*SMm - Salário mínimo

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFRGS/UFPel/CNPq (2003).

Embora a problemática da pobreza não seja resolvida simplesmente aumentando alguns algarismos acima de uma linha imaginária, estes resultados apontam para a relevância do autoconsumo. Frequentemente esquecida nas estatísticas oficiais e nas políticas públicas, a produção “pro gasto” cumpre um importante papel no combate à pobreza que, segundo Maluf, Menezes e Marques (2001), ocupa o lugar de determinante principal da insegurança alimentar. Reitera-se a importância do autoconsumo dado que a pobreza concentra-se principalmente em áreas rurais. Produzir para consumo familiar é uma estratégia dos agricultores familiares para aumentar a qualidade de vida e a condição socioeconômica, estratégia que não está disponível para muitos outros segmentos sociais em situação de pobreza (NORDER, 1998).

3. Considerações finais

Este artigo objetivou discutir a contribuição da produção para o autoconsumo à segurança alimentar das famílias rurais. Pôde-se observar, em todos os universos sociais pesquisados, que o autoconsumo é um importante instrumento para garantir o acesso direto aos alimentos, sem nenhum processo de intermediação que dificulte a proximidade a eles. Além de ter “pra comer” ou o mínimo calórico, como denominou Wolf (1976), as unidades familiares têm a segurança de que “sempre tem em casa” (I 22, TP), “não precisa compra” (I 08, SM), e a “gente sabe o que come” (I 07, SM). Se não produzisse as “[...] miudezas¹⁹ seria feio o negócio. Teria que comprar, depois segurar um pouquinho pra amanhã, depois de amanhã, invés assim eu apronto a comida e coloco ali o que precisa. Não tenho que segurar isto aqui é pra amanhã. Tem mais à vontade.” (I 29, V). As unida-

des familiares asseveram sua alimentação segundo seus gostos e costumes e à qualidade desta, assim como das práticas agrícolas sustentáveis e, ainda, fortalecem sua condição socioeconômica em razão de falas do tipo: “[...] porque se fosse comprar tudo que a gente gasta pra fazer almoço, janta, diariamente café, almoço e janta... É bastante que os homens comem aqui!” (I 31, V).

Deste modo, é importante considerar que a superação dos números apresentados na introdução deste trabalho também passe pelo fortalecimento do autoconsumo. É sabido que a produção para autoconsumo não é suficiente para modificar tal cenário, havendo condicionantes estruturais da insegurança alimentar, como é o caso da pobreza (que, por sua vez, limita o desenvolvimento daquela prática). Contudo, como estudos têm apontado, as famílias que produzem seus alimentos apresentam condições de segurança alimentar superiores àquelas que assim não procedem. Considerar isto nas ações públicas significa dar visibilidade a uma prática que sempre existiu, levando em conta que as famílias já possuem um dos insumos mais necessários ao seu desenvolvimento: o saber-fazer.

Notas

¹Ellis (2000) designa vulnerabilidade como um elevado grau de sujeição a situações de risco e instabilidade, podendo ameaçar a reprodução social das famílias ou deixá-las mais propensas à insegurança alimentar. Outrossim, Chambers (1995) alude que vulnerabilidade significa exposição aos choques, tensões e riscos, e desproteção para enfrentá-los.

²Diferentemente de uma reprodução dependente do mercado, uma reprodução autônoma é aquela que se relaciona com o mercado, mas que mantém sob seu controle parte dos recursos necessários a sua (re) produção (PLOEG, 2006).

³Ao longo do texto estão transcritos fragmentos dos discursos gravados, identificados pela letra “I” de informante, seguida do número da entrevista e pelas iniciais do nome do município (e.g. I 05, SM).

⁴Embora a transformação caseira esteja presente na definição de autoconsumo, esta não foi contabilizada no produto bruto de autoconsumo total em virtude de uma limitação do questionário que não permitia a separação da matéria-prima consumida diretamente pela família daquela utilizada na produção de derivados.

⁵Esta opção difere da metodologia proposta por Garcia Jr. (1989) que sugere os preços de compra (preços ao consumidor). O objetivo da obra de Garcia Jr. (1989) era demonstrar que inseridos numa dinâmica capitalista, os camponeses também eram guiados por uma racionalidade econômica. Segundo o autor, os agricultores realizavam um cálculo para saber se era mais vantajoso plantar cultivos comerciais ou para autoconsumo. Se os preços destes fossem de tal ordem que produzindo lavouras comerciais, com o mesmo trabalho despendido, pudessem fazer frente às demandas alimentares da família, a opção seria pela produção comercial e não pelo autoconsumo. Por lançar mão deste cálculo é que a produção para autoconsumo teria que ser balizada pelo preço ao consumidor, evidenciando o quanto a família gastaria comprando os alimentos necessários.

⁶Para calcular o valor dos alimentos oriundos da horta e do pomar foi utilizada a estimacão realizada pelos agricultores de quanto consumiam em reais por semana ou mês. Foi procedido assim devido à grande variabilidade de alimentos produzida nestes ambientes e em função da dificuldade de contabilizar as quantidades consumidas no ano agrícola (pês de alface, laranjas, tempero verde, etc.). Também influenciou na decisão, o detalhamento que necessitaria do questionário, do trabalho e do tempo de coleta das informações.

⁷Economização é uma expressão de Lovisolo (1989), refere-se ao aproveitamento do tempo e de força de trabalho ociosos no estabelecimento para a produção para o autoconsumo e, também, ao fato de, ao proceder assim, a unidade familiar deixa de gastar recursos monetários com a compra nos supermercados.

⁸Caldo típico italiano feito a partir de galinha caipira.

⁹Esta diferença pode ser explicada pelo fato de que nestes municípios há maior diferenciação social e concentração de renda entre os agricultores, e as explorações com maior densidade econômica devem estar localizadas neste estrato de renda. A maior intensidade econômica destes estabelecimentos pode estar acompanhada de uma tendência à compra de alimentos ao invés de produzi-los.

¹⁰Depoimento de um informante ao responder sobre as características das unidades familiares que apresentam autoconsumo mais elevado: “[...] as que têm mais terra. Se tem mais terra e mais que a gente pra pode investir na terra. Agora também não adianta tu ter bastante terra, se tu não tem pra te sustenta ali, pra pode investir, assim como nós. [...] como tem gente por aí que tem um monte de terra e eles têm, eles têm o dinheiro para eles compra. Aí deste a semente, compram tudo à vista e coisa, e a gente que não tem...” (I 06, SM).

¹¹“Na verdade, ali [pro gasto], só comprar a semente, porque a área já está ali, adubação a gente tem aqui mesmo, não tem muito gasto, só a semente. Não uso nenhum veneno. Só a mão de obra, este é o problema. O único gasto é com mão-de-obra, daí se tu vai pagar alguém pra fazer isto, sai mais barato comprar.” (I 19, TP).

¹²Conforme depoimento: “[...] a semana passada eu fui lá na minha filha [na cidade], e o que a gente põe na boca tem que comprar. Salsa, cebolinha, tudo a gente tem que compra, que aqui não

valoriza. Antes eu falei pra minha cunhada ainda – aqui a gente vê as bergamotas cair no chão, as laranjas. A gente nem dá bola. Lá se querem comer uma laranja tem que comprar.” (I 09, SM).

¹³Buainain, Romeiro e Guanzioli (2002) apontam que, para a Região Sul do país, o autoconsumo responde em torno a 20% do produto gerado pela unidade produtiva. Outrossim, Leite (2004) destaca que esta produção representa 17,79% do rendimento total da agropecuária. Ambos, um pouco inferiores aos aqui encontrados.

¹⁴A quantidade de alimentos consumidos, elemento fundamental no conceito de segurança alimentar, não pôde ser avaliada neste trabalho em virtude de uma limitação do questionário. Os alimentos provenientes da horta, pomar e criação animal não foram contabilizados em quantidades, apenas em valores monetários.

¹⁵Também conhecido por calça-virada. Os demais, brodo e capeleti, são sopas típicas italianas.

¹⁶Tomou-se como referência o custo médio da cesta básica no ano agrícola da pesquisa (set./ 2001 - ago./2002) para a capital do Rio Grande do Sul (R\$132,21), segundo valores do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Deve-se considerar que o custo da cesta básica em Porto Alegre é um dos mais elevados do país, podendo subestimar o valor da produção para o autoconsumo. Outro fator que contribui à subestimação é o fato do autoconsumo estar sendo mensurado pelo preço de venda dos alimentos, enquanto a cesta básica considera os preços de compra.

¹⁷Valores semelhantes foram encontrados por Santos e Ferrante (2003, p. 100). Segundo as autoras, “[...] o que é produzido no lote chega a representar, em termos médios, 58% do valor gasto mensalmente com alimentação pelas famílias”.

¹⁸No ano agrícola da pesquisa (set./ago.2002), o salário mínimo (SM) nacional variou de R\$180,00 para R\$200,00, um valor médio ponderado de R\$188,33.

¹⁹Denominação dada pelos agricultores descendentes de imigrantes italianos ao autoconsumo.

Referências bibliográficas

ANJOS, F.S. dos *et al.* Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha. In: **Anais XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Cuiabá, MT: SOBER, 2004.

BARBOSA, D.B.A. **Avaliação da renda de autoconsumo como fator de subestimação da renda domiciliar:** um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias/UnB. Brasília, 2003.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, colher, comer:** um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p181.

BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Rural. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural.** Passo Fundo: Sober, 2002.

CHAMBERS, R. Poverty and livelihoods: whose reality counts? **Environment and Urbanization.** v 7, n 01, pp.173-204, Apr. 1995.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Olinda: CONSEA, 2004 (Relatório final)

CONTERATO, M.A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS:** um estudo de caso no município de

Três Palmeiras. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre-RS, 2004, p.209.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Cesta básica nacional**. 2002/2003. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: jun. 2006.

DOMBEK, L.A.; TERESO, M.J.A.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Segurança alimentar e autoconsumo em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema - Brasil. In: **Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**. Quito: ALASRU, 2006.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.273.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **FEEDADOS**. 2003/2005. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br> > Acesso em: jul. 2006.

GARCIA JUNIOR, A.R. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989, p. 285.

_____. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.236.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre - RS, 2004, p.287.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do

autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre - RS, 2007, p.200.

GUEVARA, L.E.T. Autoconsumo y reciprocidad entre los campesinos andinos: caso Fómeque. **Cuadernos de Desarrollo Rural**. Colômbia, 2002, n 48, pp.79-98.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.164.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, 1995, v 9, n 24, pp.159-172.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD – Suplemento: Segurança Alimentar 2004**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Censo Agropecuário 1995/96. Rio de Janeiro, 1998.
LEITE, S.P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, W. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004. pp.123-181.

LOVISOLO, H.R. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989, p.231.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. **Caderno ‘segurança alimentar’**, 2001. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/alimentação/tconferencias.html>>, Acesso em: jul. 2006.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa**: um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos de alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. Tese de Dou-

torado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS. Porto Alegre -RS, 283p. 2003.

NIEDERLE, P.A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Porto Alegre -RS, 2007.

NORDER, L.A.C. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade de Wageningen. Wageningen, 313 p., 2004.

_____. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, São Paulo, v.6, p. 40-58, 1998.

PLOEG, J.D.van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp.13-54.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO *et al.* **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: jun. 2006.

SANTOS, A.C.; BIOLCHI, M.A.; ANGELIS, T. Autoconsumo, desenvolvimento e agricultura familiar. **Boletim do Deser**, Curitiba, 2006, n153, pp.22-31.

SANTOS, I.P.; FERRANTE, V.L.S.B. **Da terra nua ao prato cheio: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo.** Araraquara, SP: Fundação ITESP/UNIARA, 2003. 116 p.

SCHNEIDER, S. **A dinâmica local e territorial do desenvol-**

vimento rural no Rio Grande do Sul: um estudo de caso no município de Veranópolis na Encosta Superior da Serra do Nordeste. Porto Alegre, 2002. 102 p. (Relatório de pesquisa)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Programa de Pós-Graduação em Agronomia. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade:** a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul - AFDLP. Porto Alegre, Pelotas, 2003. (Projeto de Pesquisa).

WAGNER, S.A.; MARQUES, F.C.; MENASCHE, R. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa:** saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. pp.58-77.

WOLF, E. **Sociedades camponesas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.